

GUILHERME WALDRIGUES WERPACHOWSKI

O IMPERIALISMO: NA ROMA ANTIGA E NOS EUA CONTEMPORÂNEOS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profª. Dayani Aquino

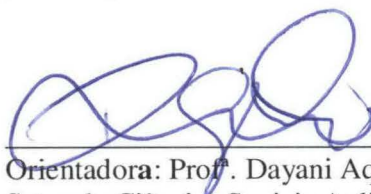
CURITIBA
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

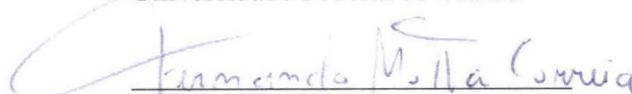
GUILHERME WALDRIGUES WERPACHOWSKI

O IMPERIALISMO: NA ROMA ANTIGA E NOS EUA CONTEMPORÂNEOS

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora: Prof. Dayani Aquino
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof. Dr. Fernando Motta Correia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná



Prof.ª Dra. Denise Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, 02 de maio de 2012.

(...) os EUA apresentam um déficit fiscal de natureza estrutural cuja incompressibilidade decorre da própria política financeira e da política armamentista, ambas agressivas e ‘imperiais’.”

Maria da Conceição Tavares

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é realizar uma comparação entre o império romano da antiguidade e o império estadunidense contemporâneo, à luz do conceito leninista de imperialismo. A cidade de Roma, fundada por volta de 1000 a.C., após resolver seus grandes conflitos internos (patrícios contra plebeus), dedicou-se à prática imperialista. Primeiro dominou a Península Itálica e posteriormente formou um grande império no mediterrâneo. O Império Romano, baseado no modo de produção escravista, levou esse modo de produção ao seu clímax e à sua posterior dissolução. As colônias inglesas na América, guiadas pelas colônias do norte (as quais se destinavam ao povoamento), em função de conflitos econômicos, declararam sua independência da Inglaterra em 1776. Após a resolução dos seus grandes conflitos internos (colônias do norte contra colônias do sul) os EUA se dedicaram à prática imperialista. Primeiro por meio do colonialismo tradicional, depois por meio do neocolonialismo, mais difuso e dissimulado. O império estadunidense se mantém até os dias atuais. Ambos os impérios, romano e estadunidense, arquitetaram um sistema econômico internacional neles centrado e que lhes conferiu uma série de privilégios, os quais determinaram uma transferência de excedente econômico da periferia para o centro, que passou por um fabuloso processo de enriquecimento.

Palavras-chave: Roma; Estados Unidos, imperialismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2
1. O CONCEITO DE IMPERIALISMO	3
2. BREVE DESCRIÇÃO DA HISTORIA DO IMPÉRIO ROMANO.....	6
2.1 ROMA ANTES DA EXPANSÃO IMPERIALISTA (SÉC. X A.C. – SÉC. VII A.C.)	6
2.2. O ESTABELECIMENTO DO IMPÉRIO ROMANO (SÉC. VII A.C. – SÉC. I D.C.)	7
2.3. O APOGEU E A CRISE DO IMPÉRIO (SÉC. I D.C – SÉC. V D.C.).....	9
3. BREVE DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DOS EUA E DE SEU IMPERIALISMO	11
3.1. ANTES DA INDEPENDÊNCIA.....	11
3.2. A INDEPENDÊNCIA.....	12
3.3. O SÉCULO XIX	13
3.4. O SÉCULO XX	15
4. COMPARAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO ROMANO E O ESTADUNIDENSE	23
CONCLUSÃO.....	26
REFERÊNCIAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

Muitas vezes há comparações entre os EUA atuais e o Império Romano. Parece ser uma idéia do inconsciente coletivo que os EUA na atualidade têm semelhanças com Roma na antigüidade. Pode-se dar como exemplo a capa de uma grande revista de circulação nacional que, para noticiar o encontro do presidente brasileiro com o presidente estadunidense, colocou em sua capa a manchete: “Lula vai a César”, e apresentou uma fotomontagem na qual o presidente dos EUA aparece trajado como um imperador romano (VEJA, 2002).

Outro exemplo é o filme “As Invasões Bárbaras” (2003), continuação de “O declínio do Império Americano” (1986). O filme canadense, vencedor do Óscar de melhor filme estrangeiro de 2003, trata, entre outros temas, do papel da imigração latina e asiática para as áreas centrais do sistema econômico mundial, e faz uma analogia com as invasões bárbaras que acabaram levando o Império Romano ao colapso.

Todavia, as diferenças entre os modos de produção da antigüidade e o contemporâneo não permitem uma fácil comparação entre os dois impérios.

O objetivo do presente trabalho é realizar uma comparação entre o império romano da antigüidade e o império estadunidense contemporâneo, à luz do conceito leninista de imperialismo.

Na tentativa de atingir o seu objetivo, esse trabalho adota a seguinte estrutura:

1. O Conceito de imperialismo, onde se discute o conceito leninista de imperialismo;
2. Breve descrição da história do Império Romano, onde é realizado um relato da ascensão e da queda do império romano;
3. Breve descrição da história dos EUA e de seu Imperialismo, onde é descrita a ascensão do império estadunidense;
4. Comparações entre o Império Romano e o Império Estadunidense, onde é realizada uma comparação entre os dois impérios; e por fim apresentam-se a conclusão e as referências.

1. O CONCEITO DE IMPERIALISMO

“O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados. A partilha desse saque efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a *sua* guerra pela partilha do *seu* saque.” (LÊNIN, 2008, p.11)

Lênin redigiu o seu “Imperialismo, fase superior do capitalismo” em 1916, e nele realizou um balanço do desenvolvimento do capitalismo nos 50 anos decorridos da publicação do primeiro volume de “O capital”, de Marx (CATANI, 1981).

Segundo Catani, a “definição o mais breve possível do imperialismo de acordo com a teoria leninista seria o seguinte: ‘o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo’” (CATANI, 1981, p.39). O capitalismo se transforma em imperialismo quando os cartéis passam a ser a base da vida econômica da sociedade (CATANI, 1981). O capital financeiro, nascido da fusão entre capital bancário e capital industrial, sob a tutela do primeiro, e a condução ao monopólio por ele ensejada, são, para Lênin, as razões estruturais do fenômeno político do imperialismo (CATANI, 1981).

Afora essa definição básica, são cinco as características que definem os traços fundamentais da concepção leninista de imperialismo: i) a concentração da produção e do capital num grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; ii) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; iii) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de

mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; iv) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e v) o término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2008).

Os bancos têm um papel crucial na formação dos monopólios que conduzem ao imperialismo. Enquanto na fase do capitalismo predominantemente concorrencial os bancos constituem uma rede de pequenos intermediários, transformam-se no imperialismo num pequeno grupo de monopolistas que detém o capital, sendo esse um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista (CATANI, 1981).

O que confere ao capitalismo o caráter de imperialismo capitalista é o seu caráter de “conquista, de pilhagens e de rapina” (LÊNIN, 2008, p.9). O imperialismo, assim sendo, não é apenas um fenômeno capitalista, tendo existido na Antiguidade sob formas não capitalistas, caracterizados por um parasitismo econômico, pelo qual o Estado dominante utiliza suas províncias, colônias e países dependentes com a finalidade de enriquecer a sua classe dirigente e subornar as classes inferiores para conseguir a sua concordância. O imperialismo é uma forma de extração do excedente econômico da periferia para o centro do sistema econômico (CATANI, 1981).

O que diferencia o novo imperialismo (da época de Lênin), o capitalista, do antigo, o escravista, é a concorrência de vários imperialismos (Inglaterra, Alemanha, EUA, Japão) e o predomínio do capital financeiro sobre o comercial (LÊNIN, 2008).

Para Lênin (2008) os superlucros obtidos pelo imperialismo permitem à burguesia subornar os dirigentes operários e a camada superior da aristocracia operária, corrompendo assim parte do movimento revolucionário socialista. Entre os corrompidos, Lênin (2008) inclui toda a II Internacional em particular e os reformistas e pacifistas em geral.

Lênin via o imperialismo como a fase superior do capitalismo e como uma fase evolutiva para o socialismo. O imperialismo permite um grande avanço na socialização da produção, mas mantém privada a apropriação do que é produzido (CATANI, 1981). Apropriação essa que se caracterizaria como um parasitismo e levaria o capitalismo à sua decomposição (LÊNIN, 2008). O imperialismo capitalista é um “capitalismo de transição, ou, mais propriamente, um capitalismo agonizante” (LÊNIN, 2008, p. 126).

A seguir analisaremos o imperialismo na Roma antiga e, depois, nos EUA contemporâneos.

2. BREVE DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DO IMPÉRIO ROMANO

No presente capítulo é realizada uma descrição da ascensão e da queda do império romano. A primeira parte relata os acontecimentos anteriores à expansão imperialista; a segunda parte relata o estabelecimento do império romano; e a terceira parte descreve o apogeu e a crise desse império.

2.1 ROMA ANTES DA EXPANSÃO IMPERIALISTA (SÉC. X A.C. – SÉC. VII A.C.)

A cidade de Roma surgiu aproximadamente no ano 1.000 a.C., como uma fortificação militar dos povos sabinos e latinos, que lutavam contra os etruscos. Em seu início, a economia romana era basicamente agrária, e assim permaneceu até o século III a.C. (ROSTOVTZEFF, 1960)

A sociedade na época era formada por patrícios, ricos proprietário de terra, e plebeus, mão-de-obra livre que cultivava as terras, e, ainda, pelos escravos, cuja utilização era marginal. Apenas os patrícios podiam exercer funções públicas. (ROSTOVTZEFF, 1960)

De 753 a.C. até 509 a.C. vigorou o regime monárquico. O regime era composto pelo rei, pela assembleia curial (legislativa) e pelo Senado, que era um órgão consultivo. A monarquia dissolveu-se devido a conflitos entre o rei e os patrícios. (ROSTOVTZEFF, 1960)

O regime republicano, que vigorou entre 509 a.C. e 27 a.C., foi instalado pelos patrícios como uma forma de atender aos interesses dessa classe. O Senado teve os seus poderes significativamente ampliados, e passou a ser o verdadeiro governante da sociedade. (ENGEL, 1978)

A república foi primeiramente marcada pelos conflitos de classe entre plebeus e patrícios, ocorridos entre os séculos V e III a.C.. Os plebeus conseguiram paulatinamente melhorar as suas condições com a criação do tribuno da plebe (representante dos plebeus no Senado), da Lei da XII Tábuas (leis comuns a

patrícios e plebeus), da Lei Canuléia (permitia o casamento interclasses), da Lei Licínia (fim da escravidão por dívida) e da assembléia da plebe (plebiscito). (ENGEL, 1978)

Todas essas melhorias conseguidas pela plebe permitiram a estabilização da sociedade romana. Isso, em conjunto com a necessidade de aumentar as áreas agricultáveis, levou a sociedade romana a se voltar para o exterior, o qual passou a sofrer o imperialismo romano. (ENGEL, 1978)

2.2. O ESTABELECIMENTO DO IMPÉRIO ROMANO (SÉC. VII A.C. – SÉC. I D.C.)

As práticas imperialistas se iniciaram na Península Itálica. Após a conquista da Magna Grécia e da Sicília, os romanos se vêem inseridos no secular conflito contra Cartago, antiga feitoria fenícia. Após um século de batalhas, Roma subjugou Cartago e passou a ter o controle do Mediterrâneo, o qual passou a ser o “lago romano”, o *mare nostrum*. A águia romana é adotada como símbolo do poder de Roma. O império de expandiu, e passou a dominar o norte da África, as atuais França, Portugal, Espanha, Grécia, Turquia, Síria, e o atual leste europeu. (GRIMAL, 1972)

A cidade de Roma se tornou o centro de um império e se apropriou dos excedentes econômicos produzidos na periferia por meio da coerção política, militar e econômica. A Península Itálica se tornou exportadora privilegiada de uma série de produtos para a periferia do império. (ROSTOVITZ, 1937a)

O processo de dominação dos outros povos começava pela guerra de conquista. Os soldados vencidos se tornavam escravos. Uma vez subjugada a região em questão, ela perdia a sua autodeterminação e passava a ser dependente politicamente de Roma. Tropas romanas permaneciam na região, a fim de manter a coação militar. Um governo romano se instalava na região, com a intenção de garantir a satisfação dos interesses de Roma: a cobrança de impostos e a especialização produtiva regional. A cultura greco-romana também era levada para a

região agora dependente; a religião local era tolerada, desde que, antes, fossem prestados os devidos louvores aos deuses romanos. (GRIMAL, 1972)

Por meio da cobrança de impostos, parte significativa do excedente econômico produzido nas áreas periféricas era transferida para Roma. Essa transferência dependia da coação política para funcionar: a área dominada tinha que perder a sua capacidade de autodeterminação para aceitar semelhante situação.

Em função desse afluxo de excedentes econômicos para Roma, essa cidade se transformou em um grande centro financeiro, o que determinou um grande desenvolvimento do seu sistema bancário. (GRIMAL, 1972)

O imperialismo modificou significativamente a sociedade romana: aqueles que exerciam funções públicas enriqueciam (a busca pela riqueza se tornou um novo incentivo para a participação na vida pública), a escravidão cresceu vertiginosamente (pela oferta oriunda da expansão do império), os plebeus foram marginalizados (foram sendo substituídos pelos escravos), os pequenos proprietários de terras entraram em falência por não conseguir concorrer com os produtos de outras regiões do império, ocorreu um processo de êxodo rural, a propriedade agrária se concentrou (formação de latifúndios), as cidades se encheram e surgiu uma população de cidadãos romanos ociosos (plebeus que não tinham em que aplicar seu trabalho, os quais passaram a ser sustentados pelo Estado e por cidadãos ricos), o consumo de artigos de luxo se ampliou e Roma se tornou deficitária com relação ao resto do Império. (ROSTOVTZEFF, 1937b)

Com relação a questão cultural, o imperialismo romano por um lado foi responsável pela difusão da cultura greco-romana nas regiões periféricas e por outro teve sua cultura tradicional seriamente abalada por influências das regiões periféricas. Houve, portanto, uma relativa reciprocidade de influências entre o centro e a periferia, não obstante o caráter impositivo da dominação romana. (ROSTOVTZEFF, 1937b)

Todas as mutações trazidas pelo império levaram a sociedade romana a uma desestabilização política, a qual levou a substituição da república pelo império como

organização política. Os irmãos Graco (ambos foram tribunos da plebe) tentaram inutilmente fazer a reforma agrária e a reforma do Estado. A continuidade da instabilidade política levou às ditaduras de Mario e Sila, e depois aos dois Triunviratos, e por fim terminou com a implantação do império por Otavio Augusto. Os poderes do Senado diminuíram, mas o mesmo manteve uma série de conflitos de poder com os sucessores de Otávio. (ROSTOVTZEFF, 1937b)

2.3. O APOGEU E A CRISE DO IMPÉRIO (SÉC. I D.C – SÉC. V D.C.)

O apogeu do império foi também o apogeu do modo de produção escravista. Esse apogeu ocorreu nos dois primeiros séculos da era cristã; havia prosperidade e equilíbrio, havia a integração entre centro e periferia, o fluxo econômico era fluido e regular, as fronteiras eram bem defendidas contra invasões de povos estrangeiros, e, por fim, as guerras civis cessaram. Esse período ficou conhecido como a *pax romana*. Mas o desenvolvimento do escravismo ampliou as suas próprias contradições internas, as quais a levaram ao colapso. (GIBBON, 1989)

A existência de muitas pessoas improdutivas bem como da escravidão determinaram uma limitação da demanda global do sistema, o que impediu o crescimento da produção. (REZENDE FILHO, 2005)

O fim das guerras de expansão do império cortou a principal fonte de escravos. Somem-se a isso as invasões crescentes de povos bárbaros e surgem vários desequilíbrios no império, assim descritos por Cyro Rezende: “Desequilíbrio entre a força dos exércitos romanos e a massa de bárbaros invasores, entre as despesas do Estado e sua arrecadação, entre a produção e o consumo, entre os campos e as cidades, e entre a proporção de escravos e de homens livres.” (REZENDE FILHO, 2005, p.110).

Esses desequilíbrios marcaram a decadência do império, a qual se iniciou no século III d.C. Na tentativa de evitar o colapso, o Estado passou a intervir pesadamente na economia. Tratou-se do dirigismo estatal. O Estado criou corporações de ofício e incentivou o regime de colonato, também aceitou vários

povos bárbaros como cultivadores de terras e protetores das fronteiras do império. (GIBBON, 1989)

O lado ocidental mergulhou em um processo de ruralização e de superação da escravidão clássica como forma de extração do excedente econômico. Em paralelo à decadência econômica seguiu-se a política: os bárbaros foram paulatinamente conquistando os territórios do lado ocidental. (REZENDE FILHO, 2005)

Em 476 d.C., Odoacro, rei dos hérulos, derrotou o imperador Rômulo e se declarou imperador. É o fim do Império Romano do Ocidente. Essa região passou então por uma fase de anarquia política na qual se desenvolveu uma nova forma de extração do excedente econômico. Tratou-se da Idade Média. (GIBBON, 1989)

Concluída a parte desse trabalho dedicada ao imperialismo romano, segue, no próximo capítulo, o conteúdo referente ao imperialismo estadunidense.

3. BREVE DESCRIÇÃO DA HISTÓRIA DOS EUA E DE SEU IMPERIALISMO

No presente capítulo é realizada uma descrição da história da ascensão do imperialismo estadunidense. Na primeira parte é realizada uma descrição da história dos EUA antes da independência; na segunda parte é relatada a independência; na terceira parte é relatada a história do século XIX; e na quarta parte é relatada a história do século XX.

3.1. ANTES DA INDEPENDÊNCIA

A história dos EUA começa com a história das colônias inglesas de povoamento na América. Essas colônias foram formadas por imigrantes ingleses que saíram de seu país em virtude de perseguições religiosas (aos católicos e aos puritanos), da pobreza e da instabilidade política. (MONTEIRO, 1965)

Devido ao processo de cercamento ocorrido na Inglaterra, houve um excessivo êxodo rural, o qual não foi absorvido totalmente pelas manufaturas. Parte desse excesso populacional migrou para o nordeste da América do Norte. (MONTEIRO, 1965)

As colônias de povoamento eram conhecidas por colônias do norte e colônias do centro e nelas vigorava a pequena propriedade, a livre iniciativa e o trabalho assalariado. Nessas colônias desenvolveram-se a atividade marítima, o comércio e a manufatura; a burguesia surgiu e prosperou, formando uma elite local. (REZENDE FILHO, 2005)

Embora oficialmente sob a tutela da Inglaterra, elas eram praticamente independentes, principalmente, como destaca Cyro Rezende, por uma questão geoclimática: “(...) suas colônias escapam ao controle metropolitano, principalmente devido ao fato de se localizarem na mesma latitude da Europa, o que implicava transformá-las em produtores das mesmas culturas européias, e não de gêneros tropicais.” (REZENDE FILHO, 2005, p.110).

Essas colônias de povoamento foram uma exceção no processo de colonização da América, já que no restante dela formaram-se colônias de exploração, cujo único objetivo era o enriquecimento de sua respectiva metrópole.

As colônias de exploração inglesas na América eram conhecidas por colônias do sul e nelas vigorava o latifúndio, a as grandes monoculturas de exportação e o trabalho escravo. Essas colônias eram dependentes política e economicamente da Inglaterra. (MONTEIRO, 1965)

As colônias de povoamento exerciam um papel de metrópole informal sobre as colônias do sul, e isso foi fundamental para o seu desenvolvimento e para a sua própria acumulação primitiva de capital (REZENDE FILHO, 2005).

Enquanto a Inglaterra não interferiu significativamente nos governos locais das suas colônias de povoamento, os mesmos não exigiram a sua independência. Mas essa situação mudou a partir de 1763, quando a França cede suas colônias a leste e a oeste do Mississipi respectivamente para a Inglaterra e para a Espanha. A partir daí, a ingerência inglesa na região passaria a fomentar o movimento de independência. (MONTEIRO, 1965)

3.2. A INDEPENDÊNCIA

Os gastos ingleses na guerra dos Sete Anos, contra a França, aumentaram o déficit do governo inglês. Aumentar a tributação e a fiscalização das colônias foi uma das soluções encontradas. Acrescente-se que a concorrência entre a metrópole e as suas colônias de povoamento, tanto no mercado interno dessas últimas quanto no externo, passou por um incremento, de tal forma que não podia mais ser ignorada. (NEVINS e COMMAGER, 1966)

A metrópole passou então a exercer um rígido controle sobre as colônias. Foram editadas as Leis do Açúcar (1764), do Selo (1785) e do Chá (1773), a qual entregou o monopólio da comercialização do chá para a Companhia das Índias Orientais, o que significou o impedimento legal do comércio dessa mercadoria efetuado pelos colonos. (MCCULLOUGH, 2005)

As elites coloniais, tanto a burguesia do norte quanto os latifundiários do sul, insatisfeitos com essa situação, reuniram-se no Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, no qual promulgaram a Declaração dos Direitos dos Colonos, que afirmava a igualdade entre os cidadãos metropolitanos e coloniais. Argumentavam que os povos coloniais não poderiam ser tributados, pois não tinham representação no parlamento inglês. (MCCULLOUGH, 2005)

Porém a Inglaterra não cedeu, e as práticas coercitivas só aumentaram. Houve, então, o Segundo Congresso Continental da Filadélfia, o qual revogou as Leis do Chá, do Açúcar e do Selo e ainda declarou a independência dos EUA. (NEVINS e COMMAGER, 1966)

A rejeição da independência por parte da metrópole levou à ocorrência da Guerra da Independência. Para a vitória dos colonos foram essenciais os apoios dos franceses (principalmente), dos espanhóis e dos holandeses, bem como a neutralidade da Rússia, da Dinamarca e da Prússia. Em 1783, por meio do Tratado de Paris, a Inglaterra reconheceu a independência dos EUA. (NEVINS e COMMAGER, 1966)

Durante a formulação da Carta Constitucional (1787) destacou-se o conflito entre os federalistas, associados à burguesia do norte, e os antifederalistas, associados aos latifundiários do sul. (NEVINS e COMMAGER, 1966)

3.3. O SÉCULO XIX

Conflitos comerciais entre EUA e Inglaterra, bem como novas tentativas da segunda de controlar os primeiros, determinaram a eclosão de um novo conflito entre as duas nações (entre 1812 e 1815), o qual ficou conhecido como a Segunda Guerra da Independência. Novamente os EUA receberam apoio da França. (BRUCKERGER, 1959)

Com a vitória na guerra, os estadunidenses conquistaram a região do alto Canadá. A expansão territorial passou a ser incentivada pelo governo. A intenção era criar um território que interligasse os oceanos Atlântico e Pacífico. Em 1803 as

terras da União mais que dobraram com a compra da Luisiânia da França, por 15 milhões de dólares. Entre 1810-1819 houve guerra contra a Espanha a fim de se anexar a Flórida. Houve guerra, ainda, contra o México, na qual mais da metade do território desse país foi anexada aos EUA. O Alasca foi comprado dos russos em 1867. A chamada “marcha para o oeste” foi incentivada pela busca de terras férteis e de ouro. As terras não tinham direito de propriedade: quem chegasse primeiro seria dono, porém o tamanho dos lotes era regulamentado pelo governo (Lei da Homestead). A expansão territorial foi marcada pelo massacre dos índios que habitavam a região e pela construção de estradas de ferro que interligavam o país. Os governantes justificavam a expansão pela doutrina Do Destino Manifesto, segundo o qual era a vontade de Deus que os EUA se tornassem um país continental. (BRUCKERGER, 1959)

As diferenças estruturais entre os Estados do Norte e os Estados do Sul acabaram levando a eclosão da Guerra da Secessão (1861-1865). O norte, industrial, exigia o fim da escravidão (para ampliar o mercado consumidor) e a intensificação das práticas protecionistas (para fortalecer a indústria interna). Já o sul, ainda inserido em uma economia colonial, exigia exatamente o oposto. Com a vitória do republicano Abraham Lincoln nas eleições presidenciais, os Estados do Sul declararam a sua separação da União e formaram os estados Confederados da América. A superioridade econômica do norte foi essencial para que esse conseguisse se impor ao sul e vencesse a guerra. A escravidão foi abolida, mas as duas regiões do país mantêm diferenças estruturais até os dias atuais. (NEVINS e COMMAGER, 1966)

Após a guerra, a economia estadunidense apresentou um grande desenvolvimento, para o qual foi fundamental o protecionismo governamental. O capitalismo se expandiu, as ferrovias passaram a interligar todo o território, a especialização produtiva regional se aprofundou, o comércio inter-regional se ampliou, a sociedade estadunidense deixou de ser agrária e passou a ser industrial e urbanizada, a produtividade cresceu e houve a formação de *trustes* (o primeiro

fundado por Rockefeller), a nação continental permitiu a formação de ganhos de escala impossíveis nos países europeus. No Sul houve diversificação e mecanização da produção agrícola, a qual passou a depender da indústria para ter acesso a seus insumos. (MONTEIRO, 1965)

É a partir do século XIX que os EUA iniciaram sua carreira imperialista. A justificativa ideológica para o imperialismo era dada pela Doutrina Monroe, formulada em 1815 e que afirmava o direito dos povos americanos a sua autodeterminação. Essa doutrina no início caracterizou a política de não-intervenção dos EUA nos conflitos europeus, mas posteriormente foi usada como justificativa do imperialismo. O chamado "Corolário de Roosevelt", também conhecido por *Big Stick* (Grande Porrete), declarava o direito dos EUA intervirem na América Latina a fim de defender a "democracia e a ordem", na verdade para defender os interesses do capital estadunidense. (MONTEIRO, 1965)

A guerra contra a Espanha, em 1898, pela posse de Cuba e das Filipinas, marcou a entrada definitiva dos EUA no imperialismo. Conforme afirma o autor estadunidense Faulkner Underwood, já em 1897 havia nos EUA um excesso de capitais que passou a ser investido no exterior (UNDERWOOD, 1956, p.623).

O imperialismo estadunidense se desenvolveu e se ampliou no século XX.

3.4. O SÉCULO XX

A instabilidade política na América Central punha em perigo os interesses do capital estadunidense na região. A forma de intervenção dos EUA na região seguia um padrão: tendo por justificativa a defesa da democracia ou da civilização os EUA invadiam o país e, por meio da coação militar, colocavam no poder um governo formado por seus aliados, os quais assinavam "tratados" com os EUA, tratados esses que garantiam os interesses do país na região. (UNDERWOOD, 1956)

A anexação das Filipinas foi mais difícil de ser justificada, pois a região não pertence ao continente americano. O então presidente dos EUA, Mackinley, em

discurso em 16 de fevereiro de 1899, citado por Faulkner Underwood, assim justificou a anexação:

Las Filipinas, como Cuba y Puerto Rico, quedaron confiadas a nuestras manos a causa de la guerra, y con la ayuda de Dios y en nombre del progreso humano y de la civilización estamos comprometidos a encargarnos de esa gran custodia ... No podíamos desechar las responsabilidades que pesaban sobre nosotros hasta que esas colonias fueran nuestras, fuera por conquista o por tratado. No nos preocupaba el territorio ni el comercio ni el imperio, sino el pueblo cuyos intereses y destinos, sin que nosotros lo quisiéramos, habían sido puestos en nuestras manos. (HERALD, *apud* UNDERWOOD, 1956, p. 626-627).

As intervenções dos EUA na América Central converteram-na em um verdadeiro “lago estadunidense”, a exemplo do *mare nostrum* romano:

Cualesquiera que hayan sido sus objetivos, es claro hacia el fin de la Primera Guerra Mundial los Estados Unidos abarcaban una esfera de influencia en el Caribe que convirtió a ese mar em um verdadero “lago norteamericano”. Puerto Rico había sido anexo, las Islas Vírgenes compradas, Cuba, Panamá, la República Dominicana, Nicaragua y Haití reducidas al estado de protectorado, y existían bases navales estratégicamente distribuídas em varios puntos del Caribe. Este dominio se había alcanzado durante las dos décadas transcurridas entre 1898 y 1918. (UNDERWOOD, 1956, p.633).

Ao comentar o caso de Porto Rico, Underwood afirma:

Para complicar aún más la situación, la isla se convirtió fundamentalmente en un país de dos cosechas dependiente del mercado norteamericano, y cuando este mercado no responde, como ocurrió en 1929, la situación económica se torna intolerable. En los momentos más críticos de la depresión de 1930 el 60% de la población carecía de ocupación. (UNDERWOOD, 1956, p. 628).

Não há como não comparar essa passagem com a descrição dada por Cyro Rezende do verdadeiro caráter colonial das colônias européias na América nos séculos XVI – XVIII: “Se por qualquer razão, uma metrópole não pudesse transportar a produção de sua colônia, ela era simplesmente perdida, não realizada, dada a exigüidade de seu mercado interno. Eis aqui realmente o caráter colonial da economia americana.” (REZENDE FILHO, 2005, p.108).

A máxima da Doutrina Monroe, “América para os americanos”, pode, nesse contexto, ser interpretada sob outra ótica: América (o continente) para os americanos (os estadunidenses).

Os EUA vêem sua economia alavancada pela Primeira Guerra Mundial. A economia de guerra permitiu um grande aumento da produção e uma expressiva queda do desemprego, enquanto que a destruição causada pela guerra ocorreu totalmente fora do território estadunidense. Os mesmos EUA que lucraram com o financiamento da reconstrução européia terminaram a Primeira Guerra mundial como a potência hegemônica mundial. O centro financeiro mundial se transferiu de Londres para Nova Iorque.

A década de 1920 foi marcada pela prosperidade e por isso esses anos ficaram conhecidos como “anos dourados” (igualmente o foram os anos 50, após a Segunda Guerra Mundial). No contexto da libertinagem financeira que se formou na nação, o otimismo virou euforia e uma bolha especulativa foi criada. A bolha estourou e causou uma grande crise de demanda (crise de 1929), a qual se espalhou por todas as economias capitalistas do mundo. Em resposta à crise foram executadas políticas de criação de demanda por meio dos gastos governamentais (New Deal). (UNDERWOOD, 1956)

Com a Segunda Guerra Mundial, novamente a guerra alavancou a economia estadunidense. Novamente os EUA cresceram produzindo armamento bélico que destruiu regiões fora dos seus territórios. Novamente os EUA lucraram com a reconstrução do que a guerra destruiu, tal qual ocorrera na Primeira Guerra Mundial. Por meio do Plano Marshall os EUA impuseram à Europa a tecnologia estadunidense, e com ela o seu padrão de consumo, o *american way of life*, também difundido em todo mundo capitalista pela indústria cultural, encabeçada por Hollywood. (REZENDE FILHO, 2005)

O sistema financeiro internacional foi reconstruído no pós-guerra, com a substituição do padrão-ouro pelo padrão-dólar. Até a década de 1970 os EUA respeitaram os acordos de Breton Woods e mantiveram a conversibilidade entre dólar e o ouro. Porém, nos anos 70, o governo estadunidense rompeu com suas promessas e o dólar passou a ser uma moeda não-lastreada, fiduciária, passou a ser, nas palavras de J.W. Bautista Vidal, um “papel pintado” (VIDAL, 2000, p. 32). O

mesmo autor comenta o papel do dólar na estruturação do sistema financeiro mundial:

Esse brutal desequilíbrio entre os que consomem e os que detêm as reservas naturais é forjado pelo arbítrio do poder da moeda internacional de referência, que retira desses recursos as vantagens corporativas que deveriam ter. Essa moeda, como suposto símbolo de todas as riquezas, emitida em regime de arbítrio, sobrepõe-se a todos os fatores, principalmente ao que é concreto, ao mundo físico, desvalorizando-o, como ocorre com os escassos recursos minerais estratégicos. Criou-se deste modo uma ditadura financeira de moeda falsa que torna os países detentores de grandes riquezas naturais impossibilitados de serem recompensados pela sua contribuição para o bem estar dos ricos. O poder desse dinheiro fictício retira o valor dos bens essenciais da natureza e leva os povos que detêm esses patrimônios naturais insubstituíveis à miséria. (VIDAL, 2000, p. 33-34).

Já nos anos 60 Charles de Gaulle criticava o padrão-dólar como sendo um “inexplicável privilégio” (VIDAL, 2000, p. 37).

Os EUA abandonaram o imperialismo tradicional, pois desejavam ter acesso aos mercados das então colônias européias na Ásia e na África. A produtividade e a competitividade dos produtos estadunidenses eram tais que em um regime de livre mercado os EUA conseguiriam se impor sobre os seus concorrentes. Os EUA, inclusive por meio da ONU (Organização das Nações Unidas), passaram a promover o processo de descolonização também a fim de garantir a manutenção das ex-colônias no bloco capitalista, dado o contexto da Guerra Fria. (REZENDE FILHO, 2005)

Todavia, os mesmos EUA que se opuseram oficialmente ao sistema colonial tradicional, foram a vanguarda do chamado neocolonialismo, assim definido pelo Novo Dicionário Aurélio: “Domínio que um país exerce sobre outro, menos desenvolvido, não por sistema ou orientação política, mas pela influência econômica e/ou cultural.” (FERREIRA, 2004, p. 1395).

Os principais atores do neocolonialismo, do lado dos “neocolonizadores”, são as empresas transnacionais e as instituições financeiras multilaterais. (CATANI, 1981).

Empresas transnacionais com filiais em todo mundo, como Ford, GM, Exxon, Mobil Oil, IBM, ITT, GE, Philip Morris e outras, se tornaram responsáveis por um

grande crescimento da economia estadunidense. As empresas transnacionais passaram a oligopolizar o mercado mundial e a determinar os preços das matérias-primas exportadas pelos países subdesenvolvidos, destruindo definitivamente o livre mercado e transformando-o em oligopsônio do lado da compra de bens primários e em oligopólio do lado da venda de bens industrializados. (BAER e COES, 1990)

Com o fim do *Welfare State*, o primeiro choque do petróleo e o conseqüente aumento das taxas de juros dos EUA, os países do Terceiro Mundo se vêem presos na armadilha do endividamento. Como destacam Werner Baer e Donald V. Coes: “Como a maior parte da dívida latino-americana estava contratada em termos de taxas de juros flexíveis, essa evolução das taxas mundiais aumentou o fardo da dívida carregada pela região.” (BAER e COES, 1990, p. 10).

Os países subdesenvolvidos endividados viram-se obrigados a recorrer às instituições multinacionais de crédito, a fim de evitar o colapso financeiro de suas economias. Essas instituições, principalmente o FMI, impuseram o receituário neoliberal a essas economias subdesenvolvidas. Esse receituário trouxe várias conseqüências negativas para os países atingidos. Uma delas foi o estímulo à recessão econômica. Ao comentar o receituário do FMI, Edmar Bacha afirma:

À queda da demanda interna não corresponderá assim um aumento de exportações ou uma redução das importações supérfluas, mas uma contração do nível de atividade e emprego. Com a recessão, menores serão as importações de bens complementares à produção doméstica, reequilibrando-se as contas externas. A demanda interna deve, nesse caso, cair por um múltiplo do ajuste requerido no balanço de pagamentos, pois as importações só se reduzirão no montante requerido após uma contração acentuada do nível de atividade. Tal é o *ônus excessivo* imposto aos países deficitários pela forma do ajuste do balanço de pagamentos consagrada pela atual ordem econômica internacional. (BACHA, 1983, p. 5).

Outra conseqüência foi a fuga de capitais da América Latina (BAER e COES, 1990, p. 13). Os mesmos autores acrescentam: “(...) A América Latina se transformou num exportador líquido de capital para os seus países credores, particularmente dos Estados unidos.” (BAER e COES, 1990, p. 11). Em 1985 Maria da Conceição Tavares, no artigo “A retomada da hegemonia norte-americana”, afirmou que todos os países do mundo transferiram “poupança real” para os EUA

(TAVARES, 1985, p 11), e ainda acrescentou que “(...) os EUA estão aproveitando esta situação para modernizar sua estrutura produtiva à custas do resto do mundo, inclusive da periferia latino-americana que já transferiu nos últimos anos 100 bilhões de dólares entre juros e perda das relações de troca.” (TAVARES, 1985, p. 12).

As políticas restritivas impostas por estas instituições multilaterais de crédito só agravaram os já graves problemas sociais dos países subdesenvolvidos. Conforme Zaira Machado e Jéferson Assunção:

Moçambique, por exemplo, deveria consagrar mais de 40% de seu orçamento para pagamento do restante da dívida, mesmo sabendo-se que 70% da população vivem abaixo da linha da pobreza absoluta, 60% não têm serviços de saúde, 70% não têm acesso à água potável e 78% das mulheres são analfabetas. (MACHADO; ASSUNÇÃO, 2002, p. 74).

Baer e Coes, ao comentarem a situação da América latina, acrescentam:

Esses benefícios de curto prazo [conseguir evitar o *default*], contudo têm implicado enormes custos de longo prazo, causando atualmente forte queda no padrão de vida da região, que, no futuro – talvez ainda mais sinistro -, poderá ser até mais baixo em função da queda no nível de investimento. (BAER, COES, 1990, p.20).

Com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) a economia estadunidense fortalece a sua hegemonia mundial, tornando-se efetivamente a economia cêntrica do mundo: “Assim a retomada da hegemonia terminou convertendo finalmente a economia americana numa economia *cêntrica* e não apenas dominante.” (TAVARES, 1985, p.12). O neoliberalismo e a crescente financeirização do capitalismo marcaram o ressurgimento de práticas e pensamentos mercantilistas.

Porém, a crescente transferência de capitais para o oriente e o crescente déficit em conta corrente dos EUA colocam em dúvida a manutenção do império estadunidense no longo prazo. A esse respeito afirma J. W. Bautista Vidal:

O impacto cumulativo desses efeitos, além da truculência do sistema financeiro internacional, com o controle de abritária e suspeita moeda de referência e suas unilaterais políticas impostas aos países dependentes, explicam o “milagre” da economia norte-americana, que permitiu financiar seus colossais défits em conta

corrente. Isso deu a improvisados analistas do terceiro mundo a impressão de grande poder, na realidade de natureza ilegítima e espúria e sem condições de persistir por falta de fundamento concreto no mundo físico que suporta a produção e o poder. (VIDAL, 2000, p. 30)

O padrão-dólar é uma das peças-chavedo imperialismo estadunidense. No acordo de Breton Woods foi estabelecido o padrão dólar-ouro, no qual o dólar era a moeda internacional de referência, porém o FED (*Federal Reserve*) tinha a obrigação de convertê-lo em ouro de acordo com uma taxa fixa. O dólar era lastreado em ouro, e isso significava que a emissão de quantidades adicionais de dólar exigia uma expansão das reservas de ouro do FED (o ouro ficava no famoso Fort Nox). Em 1971, porém, confirmando os rumores de que havia mais dólares em circulação do que ouro nas suas reservas (o que era uma infração ao acordo multilateral de Breton Woods), os EUA decidiram "fechar o guichê do ouro", rompendo assim unilateralmente com um contrato multilateral. Desde então o dólar tornou-se oficialmente uma moeda fiduciária, seu valor depende inteiramente da confiança que os agentes econômicos têm na capacidade do Tesouro Nacional pagar as suas dívidas. Quanto mais dólares o FED ou os bancos privados criam moeda, mais aumenta a dívida pública dos EUA, visto que todo dólar em circulação é dívida de alguém para outrem (em primeira instância, as emissões primárias realizadas pelo FED são contabilizadas como dívidas do Tesouro Nacional para esse mesmo FED).

Como se sabe, cobra-se juros sobre a dívida. Assim, sempre é necessário criar mais dinheiro, dívida, para pagar a dívida atual. É claro que esse castelo de cartas não pode durar para sempre. A questão é se desabará ou se será desmontado paulatinamente, com um "pouso suave". Se a dívida pública dos EUA continuar a crescer exponencialmente, um dia haverá tanto dólar em circulação que o Tesouro Nacional não conseguirá honrar os juros da dívida. Haverá tanto dólar em circulação que essa moeda perderá uma de suas funções básicas como moeda de reserva internacional: servir como reserva de valor. A confiança no dólar desaparecerá instantaneamente, desmontando assim todo um sistema financeiro internacional fundado em riquezas imaginárias, criadas contabilmente e dependentes da confiança

do público. O colapso do sistema financeiro internacional chegará às economias reais e será visto a maior crise econômica que a humanidade já viu, fazendo as crises de 1929 e 2008 parecerem piadas ingênuas perto do que então poderá ocorrer.

4. COMPARAÇÕES ENTRE O IMPÉRIO ROMANO E O ESTADUNIDENSE

A política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravidão, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo. Entretanto, as considerações gerais sobre o imperialismo que relegam a um segundo plano as diferenças essenciais entre as formações econômico-sociais, acabam por realizar comparações entre “a grande Roma com a Grã-Bretanha”, não acrescentando nada de útil à elucidação do capitalismo moderno. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro. (CATANI, p. 36-37)

Como visto na primeira parte desse trabalho, Lênin utiliza o conceito de imperialismo para denominar a fase superior do capitalismo. No sentido estrito do conceito imperialismo usado por Lênin está o imperialismo capitalista, visto que as cinco condições apontadas como sendo necessárias para configurar o imperialismo são condições que pressupõem a existência do capitalismo. Porém, no sentido lato utilizado por Lênin, o imperialismo é um conceito que abarca “conquista, de pilhagens e de rapina” (LÊNIN, 2008, p.9). Nesse sentido lato o conceito de imperialismo capitalista faz referência aos imperialismos da antiguidade, entre os quais destaca-se o romano.

Ambos os impérios, romano e estadunidense, só conseguiram se estabelecer após a resolução de seus grandes conflitos internos. No caso romano, o conflito entre patrícios e plebeus e no caso estadunidense o conflito entre norte e sul.

Após a resolução de seus conflitos internos, ambos passaram a exercer o imperialismo sobre outros povos. No caso romano havia a subordinação política oficial, com a região subjugada passando a situação de colônia. Os EUA utilizaram-se também da subordinação política tradicional (até a década de 1940), mas posteriormente ela foi substituída por uma forma mais difusa e encoberta de coação que envolve a estruturação do sistema financeiro internacional, as empresas transnacionais e as instituições financeiras multilaterais.

Não obstante a ação do império estadunidense ser mais velada, ambos os impérios utilizaram a coação militar, dentro de suas respectivas características. Roma dominava abertamente e subjugava explicitamente as outras regiões.

Os EUA têm bases militares por todo o globo e desde o século XIX não pararam de intervir militar e politicamente em outros países, como mostram os casos recentes de intervenção no Haiti (deposição do presidente Jean Bertran Aristides), na Venezuela (tentativa de derrubar o presidente Chaves), além das recentes intervenções militares no Afeganistão e no Iraque. Destaquem-se, ainda, as recentes ameaças à Coreia do Norte, ao Irã e à Bolívia.

Todas as intervenções dos EUA em outras nações são feitas em nome da “democracia” e da “liberdade”, e também da “civilização”, ou mesmo, com todo o maniqueísmo, do “bem”; essa é a forma atual de justificar as suas ações imperialistas e de esconder os verdadeiros e sórdidos interesses econômicos que estão por trás dessas ações, bem como as tenebrosas relações entre o legal e o ilegal, o mundo e o submundo, a justiça e o crime.

Os EUA afirmam que passaram a exercer o papel de “polícia do mundo”; a analogia, porém, não é adequada, pois ela só seria verdadeira se os EUA não fossem justamente os principais beneficiados dessa suposta defesa de valores e instituições hipoteticamente maiores e mais importantes que eles.

De forma resumida, pode-se afirmar que ambos os impérios, o romano e o estadunidense, necessitam de um sistema de coação política, econômica e militar; porém a dos EUA, embora também truculento, age de forma mais velada, graças às características implícitas da estruturação do sistema econômico internacional.

Há significativas diferenças entre os dois impérios, pois cada um se desenvolveu sob modos de produção diferentes.

O império Romano da antiguidade se estruturou com base no modo de produção escravista, e levou todo esse modo de produção ao seu apogeu e depois, devido às suas contradições internas, ao seu colapso.

Já o império estadunidense se estruturou com base no modo de produção capitalista. Na conclusão de seu trabalho monográfico, Oliveira (2004) parafraseando Lênin, afirma que “O império do século XXI [o estadunidense] aparece como a fase superior do sistema capitalista.” (OLIVEIRA, 2004, p. 55). Embora isso possa ser verdade até a época atual, não é possível garantir que o capitalismo não atingirá o seu apogeu décadas ou séculos no futuro, e talvez sem uma estrutura imperialista centrada nos EUA.

Na verdade, o fato de o capitalismo ainda ser o modo de produção vigente, bem como o fato de os EUA ainda serem a potência hegemônica mundial, dificultam a comparação entre os dois impérios.

Com relação à questão cultural, cabe salientar que a maior reciprocidade de influências ocorrida no Império Romano provavelmente se deveu à maior separação entre as esferas cultural e econômica na época, devido a inexistência da indústria cultural, própria do capitalismo, a qual atualmente auferir lucros bilionários espalhando o *american way of life* pelo mundo.

Uma analogia entre as invasões bárbaras e a grande imigração ilegal (principalmente latina asiática) para os EUA só poderá ser desenvolvida de forma pormenorizada após o colapso do império estadunidense, pois só então será possível avaliar o papel desestabilizador desse movimento populacional.

Ao avaliar a retomada da hegemonia estadunidense na década de 1980, Tavares (1985) afirmou: “Qualquer semelhança com a Inglaterra do século XIX é mera analogia sem fundamento, dado o peso continental dos EUA e a existência da União Soviética.” (TAVARES, 1985, p. 12). Pode-se fazer afirmação análoga com relação a uma comparação entre o Império Romano da antiguidade e o estadunidense contemporâneo.

Mas, afinal, qual é a grande semelhança entre os dois impérios? O que, enfim, permite ao inconsciente coletivo fazer uma analogia entre os EUA atuais e o Império Romano? Essa grande semelhança será apresentada na conclusão deste trabalho.

CONCLUSÃO

A cidade de Roma, fundada por volta de 1000 a.C., após resolver seus grandes conflitos internos (patrícios contra plebeus), dedicou-se à prática imperialista. Primeiro dominou a Península Itálica e posteriormente formou um grande império no mediterrâneo. O Império Romano, baseado no modo de produção escravista, levou esse modo de produção ao seu clímax e à sua posterior dissolução.

As colônias inglesas na América, guiadas pelas colônias do norte (as quais se destinavam ao povoamento), em função de conflitos econômicos, declararam sua independência da Inglaterra em 1776. Após a resolução dos seus grandes conflitos internos (colônias do norte contra colônias do sul) os EUA se dedicaram à prática imperialista. Primeiro por meio do colonialismo tradicional, depois por meio do neocolonialismo, mais difuso e dissimulado. O império estadunidense se mantém até os dias atuais.

Apesar das diferenças entre as Idades Antiga e Contemporânea, não obstante as diferenças entre os modos de produção escravista e capitalista, nada obstante a caracterização implícita ou explícita da coação do centro sobre a periferia, essa é a grande semelhança entre o Império Romano da antiguidade e o império estadunidense contemporâneo: ambos orquestraram, por meio das coações política, econômica e militar, uma divisão internacional do trabalho sob os seus respectivos domínios. Ambos arquitetaram um sistema econômico internacional neles centrado e que lhes conferiu uma série de privilégios, os quais determinaram uma transferência de excedente econômico da periferia para o centro, que passou por um fabuloso processo de enriquecimento.

REFERÊNCIAS

BACHA, Edmar. Prólogo para a Terceira Carta. Revista de Economia Política. São Paulo, v.3, n.4, p. 5-19. Outubro-Dezembro 1983.

BAER, Werner; COES, Donald. As políticas norte-americanas e a dívida e comércio da América Latina. Revista de Economia Política. São Paulo, v.10, m.3(39), p. 5-21. Julho-Setembro 1990.

BRUCKERGER, R. L. A república americana. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

CATANI, A. M. O que é imperialismo. 4 ed. Coleção Primeiros Passos v. 35. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

ENGEL, Jean-Marie. O Império romano. São Paulo: Atlas, 1978.

GIBBON, Edward. Declínio e queda do Império romano. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRIMAL, Pierre. La formacion del Império romano: el mundi mediterráneo en la Edad Antigua. Bilbao: Siglo XXI, 1972.

HERALD, Boston, 17 de fevereiro de 1899, p. 2-3. *apud* UNDERWOOD, Faulker Harol. História Económica de los Estados Unidos. Buenos Aires: Nova, 1956.

LÊNIN, V. I. O imperialismo: Fase superior do capitalismo. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MACHADO, Zaira; ASSUNÇÃO, Jeferson. O Papel das Instituições Financeiras Multilaterais no Processo de Desenvolvimento. Porto Alegre: Neraz, 2002.

MCCULLOUGH, David. 1776. Maine: Thorndike, 2005

MONTEIRO, E. Jacy. A história dos Estados Unidos da América para estudantes. Rio de Janeiro: Record, 1965

NEVINS, Allan e COMMAGER, Henry Steele. História dos EUA. Rio de Janeiro: Bloch, 1966.

OLIVEIRA, Tiago Rodrigues de. O Imperialismo e a Economia Mundial. 2004. 57 folhas. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. História Econômica Geral. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ROSTOVTZETT, Michael Ivanovich. História de Roma. Rio de Janeiro: Zahar, 1960.

_____ História social y economica del Império Romano. Madrid: Ezsasa-Calpe, tomo I, 1937a

_____ História social y economica del Império Romano. Madrid: Ezsasa-Calpe, tomo II, 1937b

TAVARES, Maria da Conceição. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. Revista de Economia Política. São Paulo, v.5, n.2, p.5-15. Abril- Junho. 1985.

UNDERWOOD, Faulker Harold. História Económica de los Estados Unidos. Buenos Aires: Nova, 1956.

VEJA. Revista número 1.781, de 11/12/2002.

VIDAL, J. W. Bautista. Brasil Civilização Suicida. Brasília: Star Print Gráfica e Editora , 2000.